



INTERCÂMBIO

Comentário de Orígenes à Epístola aos Romanos *Origen's commentary on the Epistle to the Romans*

Sidnei Francisco do Nascimento*

Resumo: O comentário à Epístola aos Romanos que Orígenes irá fazer completamente envolvido com a teologia de Paulo será o resultado do ambiente de controvérsias que o cercava, e ao mesmo tempo, uma tentativa de sistematizar os escritos de Paulo, pois se acreditava que as passagens paulinas continham algumas lacunas que seria necessário completar e interpretar para torná-las mais claras e acessíveis para qualquer leitor. Temas controversos, tais como a comparação entre a lei natural e a lei mosaica; a exegese literal ou espiritual e mística; o livre-arbítrio e a onisciência de Deus, a preexistência das almas, a qual contribuiu para a pecha que Orígenes ganhou posteriormente, de ser um autor herético, assinalavam o grande momento do alexandrino já em sua fase mais madura.

Palavras-chave: Orígenes, Paulo, Rufino, lei natural, lei mosaica, exegese, alegoria.

Abstract: The commentary on the epistle to the Romans by Origen, completely involved with Paul's theology, is the result of the controversies that surrounded him, and it is at the same time an attempt to systematize Paul's writings, since it was believed that Pauline texts contained gaps that needed to be filled and interpreted, in order to make them clearer and more intelligible for any reader. Controversial topics such as the comparison between natural law and mosaic law; literal or spiritual and mystical exegesis; free will and God's omniscience; the pre-existence of the soul, which contributed to Origen's later reputation as a heretic author, highlighted the great moment of the Alexandrine, already in his maturity.

Keywords: Origen, Paul, Rufinus, natural law, mosaic law, exegesis, allegory.

Introdução

O *Comentário à Epístola aos Romanos*, escrito em Cesareia em 243, pode ser considerado a obra majoritária da Antiguidade Cristã. A exegese das epístolas de Paulo ocupou um lugar de destaque, resultado da grande consideração que Orígenes mantinha pelo apóstolo. Para o alexandrino, Paulo se constituía na grande autoridade, no testemunho qualificado, no imitador de Cristo por excelência e no

* Pós-doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em parceria com a Università Cattolica del Sacro cuore di Milano. Atualmente é professor adjunto de Ética e Filosofia Política do departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Contato: sidneifn@bol.com.br

doutor da Igreja que ilustrou a passagem da lei antiga para a nova lei. Para aquele que pertenceu ao povo judeu e que fora convertido ao Cristo, Paulo esclarecia de maneira excepcional o que se deveria entender por lei natural em contraposição à lei mosaica. Orígenes ressaltava o quanto o apóstolo agiu em conformidade com sua predicação. A história relata ainda que ele encontrou em Paulo o princípio de sua própria exegese.

Cada seção da obra compreende, de início, um capítulo da *Epístola aos Romanos* previamente selecionado que irá ser devidamente explicitado por Orígenes. Tais capítulos e versículos proporcionavam ao autor a oportunidade de falar a respeito da lei de Moisés, da vocação dos gentis, de Israel segundo a carne e de Israel espiritual, da circuncisão da carne e do coração, da lei espiritual, da lei da letra, da lei da carne, da lei da mente e da lei do pecado, do homem interior e do homem exterior.

A obra em questão fora traduzida por Rufino em latim, praticamente um século e meio depois que fora escrita. Não se sabe por que faltavam alguns volumes dessa obra em praticamente todas as bibliotecas - o fato é que alguns deles haviam desaparecido completamente. No intuito de traduzir as obras de Orígenes e deixá-las para a posteridade, Rufino ficou com a má fama de um tradutor que adulterava, à revelia, os escritos de Orígenes para fazer frente às polêmicas de sua época. Mesmo assim, segundo Henri Lubac, Rufino fora tratado injustamente com desconfiança, devido à sua liberdade em preencher as lacunas do texto. Sabemos pelo testemunho do próprio Rufino que alguns livros foram por ele adaptados ou interpolados,¹ reduzindo praticamente pela metade a obra original, e que, por este motivo, segundo Michel Fédou, sua tradução correria o risco de atender mais as suas exigências do que as exigências do autor. (Origène. 2009, Livro I, II).

Se Rufino utilizou de preferência um texto de uma versão latina já existente, deduzimos que ele não se utilizava do texto grego diretamente, isto é, ele não trabalhou diretamente com o texto de Orígenes. Mesmo assim, embora a tradução latina seja obra de Rufino, não é menos verdadeiro que (para o essencial, ao menos) o texto traduzido é, ele próprio, a obra de Orígenes (idem, p. 42). A Voz é a voz de Orígenes, mesmo se as mãos foram as mãos de Rufino.² Graças a Rufino como tradutor de Orígenes, a exegese do grande alexandrino pode ser conhecida no

¹ Exemplos “interpolados” quer dizer não deliberadamente “falsificados”, mas “simplesmente misturados de elementos não origenistas”.

² “Rufino presbítero, verdadeiramente santo e piedosamente douto, reunidos consequentemente por esta minha íntima afeição” (Tradução nossa). Fédou, M. In Introdução ao *Commentaire sur l'Épître aux Romains*. Paris: Du Cerf, 2009 *apud* Chadwict. In *Rufinus and the Tura papyrus of Origenes's Commentary on Romans*, *JthS* 10, 1959, p. 10-2 (reproduzido em ID, *History and Thought of the Early Church, Variorum*. Londres, 1982).

Ocidente latino integralmente e, por essa via, exercer uma influência majoritária sobre a exegese medieval: *haec adimplere atque in Latino opere integram consequentiam dare*.³ Rufino legou para a posteridade, com seu trabalho de tradução, um motivo para grandes discussões referente à melhor tradução; e mostrou até onde deve chegar a liberdade do tradutor em alterar ou fazer interpolações apropriando-se da obra do autor. *Rufinum presbyterum, vere sanctum et pie doctum, et ob hoc intima mihi affectione conjunctum*.⁴ Veremos mais adiante que Erasmo rejeitava veementemente a tradução de Rufino e dizia que preferia acreditar que a obra *Comentário às Epístolas aos Romanos* tivesse sido escrita por Jerônimo, porque a considerava mais fidedigna. Questões que dividiram a *ratio docenti* medieval até os historiadores contemporâneos. A discussão está em aberto e não é o nosso objetivo analisar o mérito, a saber, se Rufino foi um falsário ou não, embora devêssemos admitir que a obra, mesmo com interpolações, ficou para a posteridade e se tornou um registro importante do ponto de vista literário e um exemplo de exegese espiritual desenvolvida por Orígenes.

As homilias derivadas das epístolas aos romanos possuíam claros objetivos de propagar e defender a doutrina cristã. Abordaremos a obra traduzida em italiano, da tradução latina de Rufino, aos cuidados de Francesca Cocchini, dividida em dois volumes contendo, ao todo, dez livros. Seleccionamos algumas passagens com o intuito de ilustrar, demonstrar e ressaltar basicamente os temas (que serão revisitados) que refletiram e ratificaram as posições do autor quando pregava os preceitos cristãos e, ao mesmo tempo, serrava fileiras contra aqueles que rejeitavam em bloco a sua doutrina.

Os temas seguirão uma ordem de apresentação: em primeiro lugar, o livre-arbítrio e a presciência divina; depois, apresentaremos a polêmica contra os heréticos; em seguida, abordaremos e demonstraremos quais os significados que Orígenes atribui à lei segundo Paulo; em quarto lugar, ressaltaremos aquelas passagens que sublinham a diferença entre o homem interior e o exterior, sobretudo quanto à consciência crítica e as ações contrárias e indignas de Deus; e, finalmente, retomaremos os comentários que o autor faz a respeito da importância da exegese alegórica e espiritual em detrimento da literal e histórica. Procuraremos também amalgamar outros temas conexos e não menos importantes, tais como a cristologia do autor, a proximidade entre a teologia moral e a teologia espiritual, a divisão

³ Desenvolvo e consequentemente apresento integralmente essa obra em latim. (Tradução nossa)

⁴ LUBAC. H. In *Exégèse Médiévale – Les quatre sens de l'Écriture*. Paris: Aubier, p. 217, apud Paulin de Nole. In PALLADIUS, n. 6 (ep. 28, n 5; 145).

tripartite da alma e finalmente a noção de pecado por imitação, portanto moral, e não de natureza, por sua vez, ontológica.

O livre-arbítrio e a presciência divina

No *Comentário às Epístolas aos Romanos*, livro II, VI, referente à passagem paulina Rm 2, 8-9, Orígenes, para exaltar a importância do livre-arbítrio, dirá que os males não são resultados de um Deus onipotente e vingador que pune as ações humanas à revelia das deliberações e responsabilidades que os homens devem ter diante das consequências de suas ações.⁵ Com o intuito de ajudar todos os homens e também os ignorantes, ele exalta a simplicidade do Evangelho,⁶ falando de maneira simples, para que todos entendam que o mal não advém de Deus, mas de nossas intemperanças e crueldades:

Se um tomou, contra a prescrição do médico, uma bebida feita com alimentos nocivos e alterou a temperatura do corpo, este será tomado de febre, ou seja qual for a doença do gênero, e assim, evidentemente, não por causa do médico, mas da sua própria intemperança, ele continuará doente; se ao invés, observando as prescrições do médico, se manterá em boa saúde, ele certamente dirá que foi graças ao médico que lhe curou. Desse modo, portanto, parecerá que Deus tem razão quando premia os bons, dando a cada um, segundo sua própria obra; e se compreenderá, ao contrário, como os males não vêm de Deus, mas da péssima bebida, da intemperança e da cruel perversidade das ações. (Origène. 1985, p. 93)

No livro V, X (Rm 6,8-10), ele continua a afirmar a autonomia que o homem deve ter diante de suas decisões e que Deus colocou dentro do homem a força da razão para que pudesse conhecer que coisa deve fazer e que coisa deve evitar:

Mas quando se faz qualquer coisa – esses dizem – é inevitável que se faça qualquer coisa de justo, ou qualquer coisa de menos justo, e o mesmo acontece com o agir: alguns progridem e vêm a ser melhores, outros, piores. A liberdade do arbítrio, de fato, resultará sempre da natureza racional, e é possível que até mesmo aquele, que pelo esplendor de sua glória, era Lúcifer, e que, pela luz da ciência que surgia ao amanhecer, fosse transformado, da glória que possuía, em trevas, por causa da maldade que o assolava (Livro, Livro V, X).

⁵ Todas as passagens a seguir referentes aos comentários que Orígenes faz da Epístola aos Romanos foram traduzidas sob minha responsabilidade da tradução que Francesca Cocchini fez em italiano da obra de ORIGENE. *Commento alla lettera ai romani*. Também quanto aos capítulos e versículos citados, foram traduzidos da versão em italiano: *La Bibbia di Gerusalemme*. Varese: La tipográfica Varese. LECLERCQ, 2011.

⁶ A simplicidade do Evangelho, estranha à refinada sofisticada e à retórica em uso nos tribunais, garante a verdade das narrativas evangélicas.

Mais adiante, no livro VI, III (Rm 6,16-18), Orígenes continua a exaltar a força do livre-arbítrio quando diz que “Paulo demonstra que temos a liberdade do arbítrio”, para concluir que “... está em nós, de fato, oferecer a nossa obediência, ou à justiça, ou ao pecado”.

Contra o fatalismo dos astrólogos e a concepção de natureza dos heréticos, que concordam que existem naturezas que já nasceram predispostas para fazer o bem ou o mal e não há nada que possam fazer para mudarem de direção, Orígenes, para refutar tais doutrinas, no livro VI, IV, se refere à passagem Rm 6,19 e constrói a seguinte exegese:

Mas, observe também como, em todo lugar, tramitam estas expressões, quando o apóstolo alude à liberdade do arbítrio e demonstra que em cada um de nós está o poder de prestar a justiça e a santificação - uma vez transformada na melhor intenção - àqueles serviços que antes prestava à iniquidade pela iniquidade. Isso (a liberdade do arbítrio) certamente não poderia acontecer se fosse contrária à natureza, como a certos parece, ou mesmo se fosse contrária ao curso dos astros (Livro, Livro VI, IV).

O alexandrino, contra qualquer forma de determinismo ou fatalidade, conjuga a vontade e o querer, que dependem daquele que envida todos os esforços com consciência e responsabilidade para conseguir o que deseja. Assim, no livro VII, VIII, Orígenes retoma a passagem presente no Novo Testamento, Rm 8,30, e nos diz que:

O querer o bem depende de mim, executá-lo, ao contrário, não consigo. De fato eu não faço o bem que quero, mas faço o mal que odeio. A fim de que esta passagem fique mais clara, vejamos o seguinte exemplo: um querer vir a ser sábio não é necessário, todavia, apenas o querer; mesmo se primeiramente temos a vontade, ninguém pode ser sábio sem o querer. Contudo, uma vez presente a vontade, ocorre acrescentar também o esforço, o desejo, a solicitude, a operosidade, a doutrina, a instrução, e assim finalmente virá a ser sábio graças a um prolongado hábito e um incessante exercício (Livro, VII, VIII).

No livro VII, XVI, Orígenes cita Rm 9, 14-19 mais uma vez para ratificar a importância do agir e do querer humano, sem desprezar a onipotência de Deus:

“Não é questão de quem quer nem de quem corre, mas de Deus, que tem misericórdia.” (Rm. 9,16). Essas passagens também podem ser entendidas no que também Davi disse no salmo: “Se o Senhor não terá construído a casa, em vão são os

esforços daqueles que a edificaram.” “Se o senhor não vigia a cidade, em vão queira, quem quiser vigiá-la.”, Sal. 126,1. E com isso não demonstra que quem constrói a casa não faça nada e seja ocioso e assim quem a edifica é somente o Senhor; mas que o homem envide o esforço intenso e prolongado do qual é capaz, e seja, pois, a obra de Deus que subtraia todos os obstáculos, para que o trabalho chegue a um bom termo. Demonstra-se, desse modo, que para a obra que o homem dedica esforço e solicitude, enquanto Deus confere o sucesso e plena realização, é certa a disposição pia e religiosa de atribuir também ao homem aquela parte da obra que lhe pertence, mas também atribuir a parte principal a Deus mais que ao homem (Livro, VII, XVI).

Passamos agora a ilustrar a noção de presciência divina e a maneira como Orígenes irá apresentá-la escolhendo a citação de Paulo, Rm. 8,30, no livro VII, VIII, em que o apóstolo nos diz sobre a predestinação. A noção de presciência incide somente naqueles que são a imagem da imagem de Deus, isto é, a presciência diz somente respeito àqueles que contemplam a imagem de Deus, mas que não são a própria imagem. O homem seduzido pelos bens materiais se deixou conduzir pela concupiscência, paixões e vícios. Assim, conhecendo o sujeito da ação, Deus sabia que Judas iria trair necessariamente. Poderia fazer o contrário, escolhendo ser semelhante a Pedro ou a João, mas, com um conhecimento antecipado, Deus sabia que Judas iria preferir a avidez pelo dinheiro:

De fato, também se interpretamos a presciência segundo o sentido comum, uma coisa não se verificará pelo fato que Deus sabe que acontecerá; mas porque acontecerá, foi conhecida por Deus antes que aconteça. E de fato se, por exemplo, desconfiássemos de que Deus não conhecesse qualquer coisa na presciência, sem dúvida, isso que acontece haveria de acontecer; Judas, por exemplo, veio a ser o traidor, e os profetas predisseram que aconteceria assim. Dessa forma, não foi porque os profetas o predisseram, que Judas traiu; mas, no momento que seria o traidor, os profetas predisseram porque ele haveria feito por causa da maldade de seu propósito; Judas certamente haveria tido a possibilidade de ser, se tivesse pretendido, semelhante a Pedro e a João: mas preferiu mais a avidez pelo dinheiro do que a glória de estar em comunicação com os apóstolos; e os profetas, prevendo esta sua vontade futura, recapitularam com documentos escritos, para que tu saibas que, para cada um, a causa da sua salvação não está no resultado da presciência de Deus, mas no propósito e nas próprias ações... (Livro, VII, VIII).

Na passagem a seguir temos dois temas conjugados, a saber, a noção de presciência divina e de preexistência da alma. Do ponto de vista da presciência de Deus, a responsabilidade recai na conduta humana. No campo das possibilidades, Deus saberá previamente qual irá acontecer porque ele conhece antecipadamente o agente da ação. As coisas acontecem necessariamente, mas não necessariamente porque foram preditas. No campo da imprevisibilidade é que reside tanto o livre-arbítrio

quanto a presciência divina. Portanto, a pergunta que o homem faz a Deus porque o fez assim não se justificaria, porque a exegese de Orígenes sugere que quem nos faz de tal maneira somos nós mesmos; e, caso nosso coração não se converta, ele não será mais somente um vaso de uso vil, mas também um vaso de ira. A citação continua, e Orígenes, a propósito de Esaú e Jacó, nos insere no âmbito dos seres que pertencem à primeira criação. Influenciado pela filosofia platônica, Orígenes admitirá que existiram outras vidas. Mesmo antes de nascer, Deus já conhecia a alma de Jacó e que, diferentemente da alma de Esaú, Ele já previa que a primeira seria um vaso santificado para uso honroso, enquanto a segunda, ao contrário, um vaso destinado para uso vil. Exegese muito criticada durante toda a Idade Média, que jamais fora aceita completamente pelos teólogos medievais, a qual lhe concedeu injustamente para a posteridade a fama de um autor herético. Vejamos como o autor desenvolve sua exegese no livro VII, XVIII, referente à citação paulina Rm 9, 20-21:

Homem, quem és tu que ousa debater com Deus? Provavelmente o objeto fabricado diz a quem o fabricou: Por que me fez assim? O artesão não tem provavelmente poder sobre a argila de fazer da mesma massa um vaso destinado ao uso honrável e outro, ao contrário, destinado para o uso vil? ... quando se trata de dizer a razão pela qual alguns são feitos para uso honroso e outros, ao contrário, para uso vil, neste momento, o silêncio, para quem tem a explicação: “Se de fato – ele diz – um será purificado”, sem a corrupção do pecado, “será um vaso santificado para uso honroso, e útil para o Senhor, pronto para toda obra boa”, (2 Tm. 2, 21). Resta, portanto, que quem não se purifica e com a penitência não limpa a máscara do pecado é um vaso destinado para o uso vil. Ora, se somará a malícia, e por causa da dureza de sua mente não se curará inteiramente; que seu coração impenitente (Rm. 2, 5) se converta, do contrário, ele não será mais só um vaso de uso vil, mas até mesmo um vaso de ira. E com essa explicação interpretamos de modo mais claro também o que a pouco antes nos referimos a propósito de Jacó e de Esaú. Porque Jacó poderia ser um vaso santificado para uso honroso e útil para o Senhor, pronto para toda obra boa (Tm. 2, 21), a sua alma seria purificada: e Deus, vendo a sua pureza e tendo o poder de fazer de uma mesma massa um vaso para uso honroso e outro para uso vil (Rm. 9,21), fez de Jacó, que como foi dito era purificado, um vaso destinado para o uso honroso; da mesma massa fez, ao contrário de Esaú, cuja alma ele não via da mesma forma pura e simples, um vaso destinado para o uso vil (Livro, VII, XVIII).

A polêmica contra os heréticos

A alegoria que Orígenes construirá das epístolas de Paulo estará praticamente dedicada em refutar as interpretações que os heréticos atribuíam a essa obra. No entanto, é importante ressaltar que a polêmica em questão não será aquela mesma discussão teológica que agitou o Ocidente latino no século IV, principalmente no que diz respeito à tese influenciada por Pelágio e condenada pelo concílio de Cartago

em 411.⁷ Orígenes se opunha aos heréticos, tais como os marcionitas, os valentianos e os basilidianos, enquanto Rufino se debatia com os pelagianos. Os opositores de Rufino se pareciam muito mais com aqueles de Agostinho do que propriamente com aqueles que faziam frente a Orígenes. Incorreríamos num anacronismo se admitíssemos que as interpolações de Rufino eram dedicadas aos mesmos auditores que Orígenes reprovava.

Na passagem seguinte, sublinho duas frentes de discussões que Orígenes levará adiante contra a doutrina dos heréticos, a saber, em primeiro lugar, como pode Deus ser justo e bom ao mesmo tempo, e depois, a respeito das naturezas que já nasceram predispostas, tanto ao bem quanto ao mal. Embora Orígenes nos chame atenção para a peculiaridade dessa passagem quanto à dificuldade de construir uma exegese apropriada tanto para ele próprio, quanto para o partido contrário, isto é, para aqueles que se opõe a sua doutrina, a doutrina de Márcion admite um Deus justo, mas tirânico e vingativo. A doutrina de Orígenes, ao contrário, concorda que Deus seja transcendente e desconhecido, um único Deus, justo e bom. Traduzirei a primeira parte da discussão em poucas palavras, quero dizer, é como se o alexandrino tivesse de usar aquela máxima: “em cabeça que não tem juízo, o corpo padece”. Explico melhor: como poderia o homem injusto ser punido pela sua concupiscência, separadamente de sua corporeidade? É isso que o autor se pergunta: como pode alguém ser punido a permanecer nas trevas sem considerar o fato de ficar no escuro? Da mesma forma, como pode alguém ser punido com o fogo sem considerar o fato de ser queimado? Donde a justificativa da palavra do apóstolo para o fato de que Deus pune segundo os nossos desejos perversos, assim como desonra nossos corpos. E por último, referente à segunda discussão, quando Orígenes diz que Márcion não chega nem a tocar no assunto referente à absolvição da conduta concupiscente, é porque deduzimos que seria contraditória a sua doutrina se admitisse a regeneração de uma conduta destinada à concupiscência. Assim segue como exemplo a exegese do livro I, XVIII, que Orígenes constrói, referente a Rm. 1, 24-25:

Todavia, perguntamos àqueles que negam que o Deus bom seja também um juiz justo que coisa podem responder a propósito da palavra do apóstolo: “Deus puniu segundo os desejos perversos do coração, na impuridade, assim como desonrou os seus corpos” (Rm. 1,18). De fato, parecerá em tal passagem que não só a sua (de Márcion) doutrina – que deve ser de tudo excluída – mas até mesmo a nossa resposta se encontra em dificuldade. Como poderá ser justo aquele que foi punido, embora, seja justo por causa dos pecados que cometeu, todavia, que venha a ser punida apenas a concupiscência com a intenção de que ela transforme o próprio

⁷ Referente à doutrina pelagiana: a insuficiência da liberdade humana e o primado absoluto da graça.

corpo impuro e concupiscente? Na verdade, a quem por exemplo foi punido em permanecer nas trevas, não se pode imputar o fato de ficar no escuro? E quem foi punido com o fogo, por esse mesmo motivo, não deve ser responsabilizado de queimar? Do mesmo modo, quantos se rendem aos desejos perversos e a impudicícia desonrando seus corpos, não parecerá justo que sejam punidos, uma vez que maquam com desonra os seus corpos?

Portanto, Márcion e todos aqueles que pululam da sua escola como raça de serpentes não ousariam em tocar nem mesmo com a ponta do dedo na questão da absolvição daqueles (aqueles que desonram a si mesmos e seus corpos): de fato, esses próprios por questões do mesmo gênero rejeitariam o Antigo Instrumento, se por acaso ali tivessem lido em alguma passagem qualquer coisa de semelhante. Mas que coisa há de vantajoso para eles, no momento em que manifestaram essa sutil questão referente ao Novo Instrumento?

Nós, portanto, que reconhecemos um só Deus bom e justo da lei e dos profetas e também dos Evangelhos, Pai de Cristo, nos servimos das idênticas explicações seja para o Novo, seja para o Antigo Testamento, invocando aquele que pôs em Sião uma pedra de obstáculo e uma rocha de escândalo, a fim de que ele mesmo por meio do seu Espírito Santo nos removesse o obstáculo e o escândalo provocado pelo texto do apóstolo, que em relação ao qual, as mentes duvidosas poderiam se escandalizar. (Livro, I, XVIII)

A predicação apostólica com a qual Orígenes concorda contém a promessa do justo juízo futuro de Deus; tal juízo não pode ser justo se não somos responsáveis pelos nossos atos. Assim, a origem das diferenças de cada criatura mostra-se na vivacidade ou na preguiça dos seus movimentos para a virtude ou para a maldade e não provém da parcialidade daquele que tudo dispõe. Observamos o dinamismo presente na teologia de Orígenes quando ele concebe que não há o mal de natureza, nem o bem. Dinamismo que revaloriza, por sua vez, a importância do pecado original que, embora represente a ruptura da comunhão da criatura racional com Deus, admite que a imagem divina impressa nos seres racionais oferece às criaturas a possibilidade de se reconciliar com o Criador. As passagens a seguir ilustram essa tese:

E antes de tudo, que sejam colocados fora da discussão os heréticos, os quais sustentam que a natureza da alma seja boa ou má: que também não entendem como Deus renderá a cada um, não segundo a natureza, mas segundo a sua obra (Rm 2, 4-6). Sucessivamente são instruídos os fiéis, a fim de que não pensem que possa lhes bastar o único fato de crer; sabemos, ao contrário, que o justo juízo de Deus rende a cada um segundo a sua obra. É verdade, a partir do momento em que Paulo afirma que o justo juízo de Deus consiste em render a cada um segundo a sua obra, e que na força dessa afirmação parecerá evidente que de nenhum modo podem ser excluídos os gentios se, por acaso, também esses cumprem qualquer coisa de bom e agem de maneira muito correta (Livro II, IV, Rm 2, 5-6).

A expressão: “quando éramos inimigos estávamos reconciliados com Deus” (Rm. 5,10) deixa entender, de modo evidente, que neste caso não há nenhuma substância que seja, segundo a definição de Marcião e de Valentino, inimiga de Deus por natureza: doutro modo, se o que é inimigo o fosse por natureza e não por vontade, não poderia absolutamente obter a reconciliação (Livro IV, XIII, Rm 5, 5-11).

Apesar da diversidade da natureza humana, da diferença entre um homem e outro, da condição independente dos méritos e vícios, das diferentes etnias e de condição social, Orígenes afirma que há uma perfeição igualitária de toda criatura racional e explica a atual diversidade de condição como consequência do pecado primordial livremente cometido. Para Orígenes, bondade e Deus coexistem. Vejamos a maneira como ele interpreta a passagem de Rm 11, 16-24, no livro VIII, XI, do comentário que desenvolve das epístolas de Paulo.

Eu não sou como fazem aqueles que provêm da escola de Valentino e de Basílio, que julgam, não prestando ouvidos a essa palavra de Paulo, que existe uma natureza de alma que está sempre salva e não pode mais se perder, e uma outra que está sempre perdida, e não pode mais se salvar. No entanto, Paulo declara, explicitamente, que os ramos da boa oliveira são desprezados por causa de sua incredulidade, e por esse motivo, tiveram necessidade de punição da severidade divina e que, da outra parte, os ramos da oliveira selvagem - ou seja, a natureza unida àqueles ramos da boa oliveira continuará perdida - estavam enxertados na raiz e no sulco da boa oliveira. (Rm. 11,16-17) Tais passagens podem ser fáceis de responder. Sobre tudo para nós que afirmamos que a natureza de todos os homens, antes de todos os seres racionais, é uma só e capaz igualmente de salvação, embora, no caso de ser negligente, de perdição. Sendo assim poderá ser apresentada a seguinte objeção: Como é que Paulo toma em consideração uma boa oliveira e uma oliveira selvagem, se soubesse que existe apenas uma única natureza para todas? Não haveria, neste caso, introduzido o exemplo das árvores de diversos gêneros? A tal pergunta ocorre, portanto, responder assim: como toda matéria corpórea, sendo sem dúvida, de uma única natureza, pela qualidade que se lhe acrescenta produz espécies, corpos, árvores ou ervas diversas, assim também, sendo única a natureza de todos os seres racionais, que igualmente recebeu como dom a liberdade do arbítrio pessoal, os modos próprios de cada um produzidos pela faculdade do arbítrio a induzem ou à virtude ou à dissolução da alma a elas sujeita, a conformam ou a uma espécie da árvore boa, ou àquela de árvore ruim, sendo assim, a árvore se chamará boa, se pela faculdade do arbítrio escolheu o bem, ou será ruim, se escolheu o mal (Livro VIII, IX).

O significado que Orígenes atribui à lei segundo Paulo

O que está em discussão a respeito de como se deve entender e se relacionar com a lei é a sucessão e a continuidade das duas economias. É toda a tradição da Igreja que Orígenes resume e procura sistematizar. Segundo Jean Danielou, Orígenes se junta e prolonga o pensamento de Irineu, quando atribui um valor pedagógico à lei

e concorda como esta foi ultrapassada pelo Evangelho. O Antigo Testamento jamais fora malvado, muito pelo contrário, ele foi bom, mas agora está superado. Para que as almas pudessem manter uma nova aliança com Deus seria necessário que a primeira aliança, quer dizer, a lei, estivesse morta (Danielou, J. 1948, p. 151).

Orígenes retoma as passagens de Paulo para ratificar a importância da lei espiritual em detrimento da letra da lei e sublinha a continuidade que deve existir entre a lei espiritual e a lei natural. Tal continuidade se verifica quando a lei natural inscrita em nossos corações “*concorda com as leis do Evangelho, onde todas as prescrições reconduzem à justiça natural*”. (Livro II, IX, Rm 2, 14-16) Dessa maneira, a justiça de Deus se manifestaria sem a letra da lei. A lei natural, que se apresenta como lei moral e reprova o malfeitor mediante o testemunho da consciência, proíbe a ação pecadora que se opõe ao que a natureza ensina e a consciência reprova. A lei natural testemunha o bem e o mal segundo o juízo da consciência e exalta a “superioridade” da consciência no confronto com a letra da lei. Assim, a justificação não possui um caráter nem histórico, nem teológico, mas puramente moral. As passagens seguintes demonstram a prevalência da lei espiritual em detrimento da lei mosaica, sobretudo aquela que não se encontra prescrita em nossos corações:

Portanto, o apóstolo (Paulo) dá preferência em qualquer lugar ao espírito e repudia a carne, ou o que é da carne. Antes, porém, da lei, louva o espírito enquanto despreza a letra como carne, quando diz: “A letra mata, o espírito, ao contrário, vivifica.” (2 Cor 3, 6). Mas também quando diz: “De fato, enquanto a lei era presa impotente pelo motivo da carne, Deus enviou seu Filho semelhante à carne do pecado” (Dn 3, 86), ele sem dúvida chama “carne da lei” a letra da lei. Por causa da letra, de fato, a lei era presa impotente por não poder ser executada. Quem de fato haveria de ter condições de executar o que está escrito para ser observado no dia de sábado: “No dia de sábado não te moverá do teu lugar”? (Es 16, 29) (Como podia suceder que alguém não se movesse inteiramente do seu lugar no dia de sábado?)⁸ (Livro I, X, Rm 1, 9).

Certamente, não no que se refere aos sábados ou à lua nova ou aos sacrifícios que se encontram prescritos na lei: se diz que os gentios, que não têm lei, fazem por natureza o que essa prescreve (Rm 2, 14). Não é essa lei escrita nos corações dos gentios, mas os mandamentos que esses podem perceber por natureza, por exemplo, não cometer homicídio, nem adultério, não roubar, não dizer falso testemunho, honrar o pai e a mãe e mandamentos semelhantes a esses. Provavelmente também, a crença de que Deus seja o único criador de todos, se encontra escrito nos corações dos gentios. Todavia, a mim me parece, de preferência, que aquelas normas que se dizem sãs escritas no coração concordam com as leis do Evangelho, em que todas as prescrições reconduzem à justiça natural. De fato, que coisas existem de tão vizi-

⁸ Também no *Tratado sobre os Princípios*, livro IV, 3, 2, Orígenes considera absurda a interpretação literal dessa prescrição.

nhas aos sentimentos naturais quanto o fato de que, o que os homens não querem para si, não o fazem para os outros? (Livro II, IX, Rm 2, 14-16).

Portanto, se o quanto havíamos dito te parece ainda pouco claro, acrescentaremos: se de fato parece que a lei da qual se diz: “sem lei foi manifestada a justiça de Deus” seja o mesmo de quem dissesse: “O testemunho da lei e dos profetas” (Rm. 3,21), mas, posto que a justiça de Deus fora manifestada sem lei, essa não receberia a testemunha da lei; e se, ao contrário, recebesse o testemunho da lei, seria como se não estivesse manifestada sem lei. E porque a questão é insolúvel e não pode ser eliminada com qualquer raciocínio, é necessário dizer que, na verdade, a justiça de Deus vem manifestada em Cristo Jesus, rendendo-lhe o testemunho, não da lei natural – que seguramente é ainda fraca e de pouca força – mas da lei mosaica, porém, não aquela segundo a letra, mas aquela segundo o espírito, de quem diz o mesmo apóstolo: “A lei é espiritual” (Rm 7, 14). Igualmente, pois, rendem testemunho também os profetas por aquele Espírito de Deus que falou dentro deles (Livro III, VII Rm 3, 21-24).

A lei não deve ser compreendida como gostariam os heréticos que admitem que da lei advém o pecado. Orígenes nos esclarece que o pecado não nasceu da lei, mas foi conhecido per meio desta. O autor dirá que, quando diante da lei, comparamos a que devemos obedecer com a que devemos rejeitar, e, ao mesmo tempo, temos o conhecimento do que seja o pecado e o seu contrário. Não é, como diriam os heréticos, que a lei seja ela própria a causa do pecado, como um instrumento à disposição de um Deus imperfeito e vingativo para punir as condutas desviantes, mas a exegese do autor nos sugere o contrário, isto é, seria pelo conhecimento da lei que nós conheceríamos o pecado. Vejamos como essa teoria se justificaria na passagem a seguir:

Portanto, a lei não é, como gostariam os heréticos que acusam o Deus da lei, uma raiz ruim, nem uma árvore má pela qual veio a consciência do pecado. Não disse de fato “da” lei “o conhecimento do pecado”, mas, “por meio da lei”, a fim de que tu compreendas que o pecado não nasceu da lei, mas foi conhecido por meio dessa. Como, por exemplo, se disséssemos: “Por meio da arte médica se conhece a doença”, provavelmente acreditaste que a medicina é a causa da doença no momento que a natureza desta se conhece por meio daquela? (Livro III, VI, 'Rm 3, 19-20').

Orígenes continua insistentemente a refletir e sublinhar a passagem da “lei da letra” para a “letra segundo o espírito”. O autor é da opinião que se deve morrer a “lei da letra” para poder, assim, unir-se a Cristo que ressurgiu da morte. Para demonstrar tal afirmação, apresento a exegese que o autor desenvolveu da citação paulina Rm 7,7-13, no livro VI, VIII, a respeito do entendimento que se deve ter da “lei da letra” ou da “lei mosaica” ou da “lei de Moisés” ou da “lei da sinagoga”, em detrimento da “lei natural”. Orígenes indaga: a lei de Moisés é a lei do pecado? Ele responde com a citação de Paulo: *“Não, absolutamente não. Mas eu não conheci o*

pecado senão por meio da lei” (Rm 7,7). Orígenes nos diz que, para o apóstolo, o pecado, origem da concupiscência, é a causa da proibição da lei, seja mosaica ou natural. Desse modo, Orígenes conclui que a essência do pecado está em *“Fazer o que a lei proíbe”*. A sugestão que o alexandrino propõe é que se deve compreender a lei de Moisés de modo espiritual, ao invés e compreendê-la de modo carnal, que nos remeteria, por sua vez, à letra da lei, ou seja, à letra que mata. Vejamos nas seguintes passagens como Orígenes exemplifica tal exegese:

Sem lei de fato o pecado está morto. Mas eu, durante um tempo, vivi sem lei. Quando, porém, veio o preceito, o pecado reviveu. E eu morri; e resultou que o preceito, que era para a vida, esse próprio, para mim, se tornou para a morte (Rm 7, 8-10). Quase todos esses argumentos já foram tratados amplamente; portanto, para não retornar ao mesmo assunto, relembremos o quanto foi dito. Que, sem a lei, o pecado está morto em nós, isto é, que devido à idade, a inteligência racional ainda está se tornando operante dentro de nós, como havíamos demonstrado quando utilizamos o exemplo da criança que fazia malcriação ou malícia ao pai ou à mãe (Lv 20, 9) e que parecia ter cometido um pecado: mas se diz que esse pecado está morto, porque não está ainda presente na criança a lei que lhe ensina que o que faz não é lícito fazer. É seguro que Paulo e todo homem viveu sem essa lei “um tempo” (Rm 7, 9), isto é, na idade pueril. E nessa fase da vida Paulo não disse que no homem não havia o pecado, mas que este estava morto e que só depois reviveu, quando a lei natural começou a proibir a concupiscência: e que essa lei, como se o pecado fosse morto, a ressuscitou. De fato, esta é a essência do pecado: fazer o que a lei proíbe. A alma que peca, como diz o profeta, “essa mesma morrerá” (Ez 18, 4). Verificou-se, portanto, que o preceito, que estava dado para a vida naturalmente pela alma, para lhe ensinar a obra da vida, se converteu, pela lei, em morte, no momento em que essa alma não só se distanciou da coisa proibida, mas, de preferência, a procurava com ardor (Livro VI, VIII, 'Rm 7, 7-13').

E Paulo acrescenta: “Ora, se é pela graça, não é mais com base na obra” (Rm 1, 6.). Devemos saber que obra Paulo repudia e mesmo critica: não é a obra da justiça que vem determinada pela lei, mas aquela da qual se glorificam quantos observam a lei segundo a carne, isto é, seja a circuncisão da carne, sejam os ritos dos sacrifícios, seja a observância dos sábados e da lua nova. São essas, portanto, e outras semelhantes as obras segundo as quais ele afirma que ninguém podia ser salvo, e a propósito das quais, na passagem presente, diz: “Não com base na obra, caso contrário, a graça não é mais graça” (Rm 11, 6). De fato, se por essa, alguém é justificado, não é justificado gratuitamente. Ao contrário, a quem vem a ser justificado pela graça, essa obra não vem a ser absolutamente determinante; a obra porém deve observá-la a fim de que a graça recebida não venha a ser vã, como também disse Paulo: “A sua graça em mim não foi vã; mas estou cansado mais do que todos eles”. E acrescenta ainda, como que se recordando da graça: Não eu – disse –, mas a graça de Deus em mim” (1 Cor 15,10) (Livro VIII, VII, 'Rm 11, 1-6').

Nas passagens seguintes veremos como Orígenes passa do plano teológico espiritual para o plano ético. Embora não devêssemos separar esses planos, pois estão

sempre coligados, apenas do ponto de vista teórico tentaremos distanciá-los. Assim, primeiramente Orígenes nos chama atenção a respeito da dificuldade de alguns em compreenderem mal as Escrituras, como (segundo o autor) acontece frequentemente com os judeus e os heréticos. Depois, o autor criticará aqueles que se consideram muito espertos porque acreditam que sabem desvendar como ninguém os mistérios indicados pelas Escrituras. E, por último, o autor nos sugere que o pecado não está em comer certos alimentos.

Ao contrário da compreensão que os judeus e heréticos atribuem às Escrituras quando deixam de lado seu sentido espiritual e as compreendem conforme o que diz a letra, Orígenes nos sugere em primeiro lugar que devemos reconhecer que as Escrituras, assim como o corpo humano, possuem um corpo, uma alma e um espírito:⁹ o corpo da Escritura diz respeito ao seu sentido histórico, e a compreensão histórica, como não tem necessidade de muitas provas, é clara para todos; a alma da Escritura foi adaptada à maioria, sobretudo àqueles que podem compreender o seu sentido mais elevado; e, por último, o espírito da Escritura, adequado para aqueles que podem mostrar quais são as realidades celestes em que se encontram os símbolos e as sombras dos bens futuros. Só podem “ver”, quer dizer, penetrar a significação mística da lei e da história do povo eleito os raros privilegiados (como o apóstolo Paulo) e bem-aventurados que foram dotados de verdadeiros sentidos espirituais. (LUBAC, H. 2002, p. 263) Apenas esses últimos serão considerados perfeitos edificados pela lei espiritual. No entanto, devemos lembrar que, para o alexandrino, as Escrituras nos foram dadas pela generosidade de Deus, para a salvação dos homens, e podem, por sua vez, ser compreendidas por todos (Origène. 1980, p. 313).

Em segundo lugar, Orígenes nos recomenda que não sejamos sábios além do necessário. Como o próprio apóstolo recomenda, “não seja sábio mais do quanto se deve” (Rm. 12,3). No livro IX, XVIII, do *Comentário aos Romanos*, Orígenes nos diz que aquele que se crê sábio demais não passa de um estúpido com arrogância, porque não pode conhecer a verdadeira sabedoria de Deus e cultiva a própria estupidez como se fosse sabedoria. O alexandrino acrescenta ainda que “A liberdade que se encontra nos limites da própria medida é uma virtude” (Livro IX, II).

Em último lugar, a crítica que Orígenes faz às prescrições dos rituais se parecerá muito com aquela que Erasmo utilizará muitas vezes para criticar os padres de má-fé, que sobrecarregavam ainda mais as pessoas simples com a determinação de que deveriam respeitar os dias santos e feriados, com prescrições alimentares, jejuns e com a proibição de trabalharem quando acharem necessário. Orígenes, ligado a uma

⁹ Sua tripartição é de origem paulina: Espírito, alma e corpo.

concepção comunitária do Cristianismo e às exigências morais e espirituais, criticava aqueles padres e dignitários eclesiásticos que se compraziam com as coisas da terra. (Jakab, A. 2001, p.206) Assim, compreendemos melhor a maneira como Orígenes criticava a proibição de comer certos alimentos, quando afirmava que o mal não está no que entra, mas no que sai da boca. O mal não está no alimento, mas nas ações e pensamentos. O alexandrino assume uma posição clara contra os ritualismos, tais como aqueles que “privilegiam a comida, a bebida, se esquecendo do principal, a saber, a justiça, a paz e a alegria no Espírito Santo” (Livro X, I). O autor nos sugere ainda que não devemos querer o bem ao próximo, fazer o bem ao próximo, quando o motivo pelo qual o fazemos esteja contra a fé, a honestidade e a religião (LIVRO X, VI). Vejamos como Orígenes desenvolve sua exegese:

De fato, em muitas passagens a divina Escritura fala dos sentidos interiores da alma quase como dos membros exteriores do corpo. E como havíamos ensinado que, a propósito do homem interior, a Escritura fala daquele que vê, que escuta e que caminha, assim também fala daquele homem interior que pode tomar todo alimento, se é perfeito, ou comer legumes, se está enfermo. Mas Paulo, para dispor na Igreja a concórdia entre os perfeitos e os imperfeitos, assim como no corpo entre os membros indecorosos e aqueles decorosos, mesmo porque aqui não existe entre eles nenhum desacordo, diz: “Aquele que come não despreza quem não come, e aquele que não come não julga quem come (Rm 14,3). Isso é o que afirma também em outro lugar: “O olho não pode dizer à mão: não me é necessária, nem a cabeça aos pés: não tenho necessidade da vossa obra. Mas antes: os membros do corpo que parecem ser menos decorosos são muito mais necessários (1Cor. 12, 23-25). E, portanto, para aqueles cuja fé é tão grande que podem comer de tudo e compreender todos os gêneros de palavra, o apóstolo recomenda não assoberbarem-se e de não desprezarem aqueles que são inferiores; e, em outra parte, a quantos são incapazes de uma doutrina mais perfeita, solicita não julgar aqueles que são mais capazes de entender, porque o intelecto é mais elevado. Os menos espertos, de fato, invertem a ordem: são solícitos em julgar os espertos; e os ociosos: julgar os operosos.

E, por isso, Paulo, com a desaprovação própria de uma autoridade apostólica, reprime a arrogância de ambos os partidos e diz: Quem és tu que julga o servo de outro? ... De maneira apropriada disse: “o servo de um outro, porque o Senhor disse: “Mas sejais todos irmãos”; “todos”, isto é, toda a criação, enquanto um só é o Senhor Jesus Cristo, que é “Senhor de todos, rico para todos”. Ao mesmo tempo, manifesta também a inefável bondade de Deus quando diz, a propósito de quem parece estar decaído: todavia, se está decaído verdadeiramente, Deus tem o poder de mantê-lo em pé: “o Senhor” de fato “mantém em pé os decaídos” (Sal. 144, 14) (Livro IX, XXXVI, 'Rm 14, 3-4').

Assim, portanto, devemos ser sábios nos bens e, ao contrário, ser simples nos males (Rm 16,19), de modo que, se somos feridos pela malícia, feridos pela violência, não sejamos, porém, astutos e espertos procurando jogar raios e maquinações, para poder, com isso, render o mal pelo mal e a maldade pela maldade; mas em situações

do gênero, devemos recordar aquela máxima que diz: “Se queres ser sábio junto a Deus, que venhas a ser ignorante neste mundo” (1 Cor 3,18). Sejam, portanto, estúpidos quando recebermos a violência sem restituí-la, para sermos sábios junto a Deus que disse: A mim a vingança, eu darei a retribuição, disse o Senhor (Rm 16, 19). A respeito dos ímpios disse também Jeremias: “São sábios em fazer o mal, não são, ao contrário, em fazer o bem” (Jer 4, 22). Esse argumento concerne também ao que disse o Senhor: “Que nós devemos ser simples como os pombos e sábios como as serpentes” (Mt 10,16). Ora, mas se qualquer um dos infieis apresenta uma sutil objeção e diz: Como pode uma mesma pessoa ser ao mesmo tempo sábia e estúpida? Nós lhe responderemos: Considere aquelas profissões que praticam os homens, como aquele que, por exemplo, é um gramático muito sapiente, que resulta inexperiente no trabalho manual; ou como aquele timoneiro sapientíssimo que resulta inexperiente na ciência médica; assim, portanto, é possível ser sapiente nas coisas que dizem respeito a Deus e ser inexperiente naquelas que dizem respeito ao mundo (Livro II, XXXVI, Rm 16,19).

Quem distribui e presta ajuda aos indigentes convém – disse o apóstolo – que o faça com simplicidade de coração (Rm 12, 8), isto é, que não resulte que faça o bem aos indigentes, e com o coração procure o louvor dos homens. Não será, portanto, simplicidade se com as mãos parece que faz uma coisa, mas com o coração ao invés se procura outra (Livro IX, III, 'Rm 12, 6-8').

O apóstolo dirige tais palavras para aquele que é judeu de nome e não de fato, todavia, essas também podem se referir a todo homem que tenha fama muito grande de religiosidade e de piedade, mas falta a obra, a ciência e a fé. E porque devemos eliminar essas disposições com solicitude mais em nós mesmos, do que naqueles que não se aproximam da fé em Cristo, a fim de que qualquer um de nós que, pela fé em Cristo e a circuncisão dada no batismo, venha a ser um verdadeiro judeu e se repouse na lei de Cristo, não se glorifique, abandonado ao falso culto dos ídolos, de haver reconhecido Deus e do fato de que a sua vontade se torne conhecida (Livro II, XI, 'Rm 2, 17-24').

A importância da exegese alegórica e espiritual em detrimento da literal e histórica

Frente à polêmica antijudaica, devemos considerar que a literalidade da exegese judaica contestada por Orígenes seria antes de tudo o resultado de uma constatação da ausência de qualquer referência a Cristo e à economia inaugurada com o seu advento. Assim, os fundamentos da lei de Moisés não poderiam ser recebidos sem alegorias. Orígenes, mesmo privilegiando o método alegórico, não desqualificava a literalidade da Escritura e muito menos seu sentido histórico. A alegoria, dessa maneira, pode ser entendida como a literalidade do texto bíblico em seu sentido figurado, isto é, ela não se contrapõe à história, ela a transcende. Para não dar margens às críticas que poderiam ser desferidas pelos judeus ao seu método

investigativo, a exegese que o autor desenvolve incide primeiramente na história para depois transcender a letra e alcançar o seu sentido místico e espiritual: “Temos, todavia, examinado o argumento sem acrescentar, por hora, qualquer alegoria, a fim de que não permanecesse qualquer ocasião àqueles (judeus) que provêm da circuncisão de atacar a verdade como acontece” (Livro II, XIII, 'Rm 2,26-27').

Uma parte significativa da sua polêmica frente aos judeus está presente na discussão a respeito do significado que deve ser atribuído à circuncisão. Observamos claramente sua alegoria e suas regras, passando do literal ao tropológico, chegando até o anagógico. Orígenes justifica sua adesão à circuncisão que não é a mesma concebida pelos judeus, sobretudo por aqueles que a concebem apenas como uma circuncisão da carne, isto é, apenas como um ritual exterior, sem uma adesão íntima, sem uma verdadeira transformação que consistiria em “jogar fora do coração todos os pensamentos impuros e sentimentos imundos”. Observamos a passagem do literal para o anagógico referente ao significado do termo circuncisão em três momentos: Em primeiro lugar, o alexandrino ressalta que a palavra amputar diz respeito à parte do membro genital, o que, por sua vez, está relacionada à descendência carnal, isto é, ao membro através do qual se dará proliferação à espécie.

Vamos, agora, seguindo aquele que disse que a lei é espiritual e que a propósito desta realidade, que é relatada na lei, disse ainda que é dita por alegoria; vejamos segundo as leis da alegoria, que coisa se deve entender da palavra circuncisão. Sei bem que sobre este argumento se recorre aos ditos e aos escritos de muitas pessoas; também nós procuraremos acrescentar, a quanto nos parece adequadamente composto por outros, o que o Senhor nos sugeriu.

Circuncidar é amputar uma parte do membro genital, por meio do qual, provém a sucessão do gênero humano e a descendência segundo a carne. Eu penso, portanto, que de modo figurado se queira indicar, com esta ação, que se deve amputar da alma seja qual for a impuridade, que havia aderido por motivo de sua união com a carne, o sentimento daquela má conselheira que é a libido, que a havia envolvido. Em seguida, observo, que esse corte não se faz aos outros membros, mas, àqueles genitais, porque fica claro que tais vícios da alma não provêm de sua própria substância, mas do movimento natural e excitante da carne. O fato de que a circuncisão venha a ser completada no oitavo dia, insisto que queira aludir a isto: foi destinada uma semana para indicar o século presente, e o oitavo dia, ao contrário, contém o mistério do século futuro. Portanto, a circuncisão espiritual é própria daqueles que militam pelo século futuro, no qual “as pessoas não se casam, nem serão casadas, mas serão como os anjos de Deus”; e daqueles “que são castrados para o reino de Deus”; e daqueles que, caminhando sobre a terra, “têm a sua habitação nos céus”, e que voltam seus cuidados não “àquelas coisas que se veem, mas àquelas que não se veem” e sabem que “as coisas que se veem são temporárias”; aquelas, ao contrário, que não se veem são eternas”. Na verdade, como antes havíamos recordado, foi dito também aos outros

que a circuncisão espiritual consiste no cortar e jogar fora do coração todo o pensamento imundo e os sentimentos impuros (Livro II, XIII, 'Rm 2, 26-27').

Num segundo momento, o termo é transferido do plano real para o plano figurado, assim como do plano físico para aquele moral. Nesse caso, identificamos a passagem do sentido literal para o tropológico, quando o autor nos propõe uma nova explicação que mantém o conceito de base segundo o qual “circuncisão” significa “amputar”, mas acrescenta que, do ponto de vista figurado, nesse caso, passe a representar “amputação dos vícios” e “sentimentos imundos”. Da mesma forma, os termos “coração” e “carne”, considerados como duas realidades (coração e carne), devem agora ser circuncisos segundo Ez 44,9 e compreendidos como indicativos da “fé” e de “obras”.¹⁰ Se de fato queremos utilizar o método alegórico, será necessário interpretar não só a circuncisão “da carne”, mas também aquela “do coração”.

Vedes a circuncisão: já que a circuncisão somos nós, que servimos a Deus segundo o espírito, e não confiamos na carne” (Fil. 3,2-3). Esta, como penso, é a circuncisão que o apóstolo diz que é útil, se observamos a lei: não a lei da letra, pela qual não recebemos seguramente a circuncisão na carne, mas, a lei do espírito, segundo a qual somos circuncisos no coração. “A letra de fato mata, enquanto o espírito, vivifica” (2 Cor 3,6), porque também a lei de Deus se diz que foi “escrita não com tinta” mas com “a palavra de Deus” que é o Espírito dele, e não “sobre as tábuas de pedra, mas sobre as tábuas do coração” (2Cor 3,6', Livro II, XII, 'Rm 2, 25-29').

Ora, diante do fato de que a “carne” já foi interpretada como indicativa de “coração”, deveria ser difícil encontrar um novo significado para a “circuncisão do coração”: objetiva-se, portanto, que a “circuncisão da carne” deve ser entendida no sentido literal, caso contrário não se explicaria o profeta ter mencionado duas realidades diversas se essas possuíssem idênticos significados. Isso se justifica, uma vez que a “circuncisão do coração”, embora o termo coração seja um membro do corpo humano, ganha um sentido alegórico e transcende o plano de realidade corporal para realidade espiritual. E finalmente, observamos a passagem do alegórico para a anagoria e seu significado escatológico, quando Orígenes determina o “oitavo dia” como aquele dia em que, segundo o apóstolo, a circuncisão viria a ser completada, porque “contém o mistério futuro no qual as pessoas terão sua habitação nos céus...” e contemplarão aquelas coisas que não se veem e que são eternas.

¹⁰ (Lettera di Giacomo) 2,17; Gal 2, 16; Gv 14, 23; Mt 7, 24; Lc 6, 46.

Todavia, depois de uma digressão provavelmente mais extensa do que o devido, retomamos a conclusão da passagem apostólica. Portanto, visto que é usual para o apóstolo este modo de argumentar, segundo o qual, para cada homem em particular, ele deixa entender que existem dois que habitualmente podem ser chamados, um como “exterior” e o outro, como “interior”, e ainda se diz que, em relação a um desses, é chamado “segundo a carne” e o outro, “segundo o espírito” (induzido por isto, penso, do quanto se encontra escrito no Gênese, donde se diz que um foi feito à imagem de Deus, e o outro, plasmado da lama da terra (Gn 1, 26; 2, 7), e se diz destes que um se chama judeu “exteriormente”, o outro, judeu “no íntimo”, todavia é necessário saber que um e outro destes dois homens adotam como hábitos comportamentais, em certos casos, diversos e, em certos, ao contrário, comuns. De fato, aqui existem alguns comportamentos que se movem do início do homem interior e chegam até aquele exterior; outros, ao contrário, começados pelo homem exterior, chegam até ao interior. Ora, o que eu quero dizer é isto: a castidade se move no início, do homem interior e chega, sem dúvida, até aquele exterior. Não pode de fato suceder que, se antes um não começou o adultério no coração, possa cometê-lo no corpo. Mas se um começa da castidade do homem exterior não ocorre imediatamente também com a continência interior, de modo tal que, se o corpo não comete o adultério, não o cumpre nem mesmo no coração. Em base de tais considerações, portanto, a circuncisão do homem interior e exterior deveria ser entendida, segundo a lei da alegoria, que, seguramente, nem aquele homem interior tem a concupiscência no coração, nem este homem exterior presta serviços à concupiscência do corpo; assim que venha a ser chamado circunciso na carne aquele a respeito do qual o apóstolo diz que não está mais na carne, mas no espírito, e que mortifica as ações da carne por meio do espírito ('Rm 8, 13', Livro II, XIII, 'Rm 2, 26-27').

Cristo é ressuscitado pela glória do Pai: também nós, se fôssemos mortos pelo pecado, estaríamos sepultados com Cristo, e todos aqueles que veem as nossas obras boas glorificam o Pai nosso que está nos céus (Mt 5, 16), e com justiça se dirá que fomos ressuscitados em conjunto com Cristo pela glória do Pai para caminhar na novidade da vida. Ora, a novidade da vida, se verifica quando nós destituímos o homem velho com suas ações e aceitamos o novo, que foi criado segundo Deus, e que se renova no conhecimento de Deus, segundo a imagem daquele que o criou. Não pensar, de fato, que a renovação da vida, que se diz acontecer uma só vez, seja suficiente; mas continuamente, todo dia necessita se fazer nova, se se pode dizer “da mesma novidade”. Assim diz o apóstolo: “de fato também se o nosso homem exterior se corrompe, aquele que é interior, porém, se renova dia a dia” ('2 Cor 4, 16', Livro V, VIII, 'Rm 6, 3-4').

Conclusão

Conceitos díspares, tais como Deus e o diabo, o dia e a noite, a luz e as trevas, a verdade e a aparência, o inteligível e o sensível, o espírito e a carne, o homem interior e o homem exterior, a letra segundo o espírito e a letra da lei, a concupiscência do coração e a concupiscência da carne, a observância da lei segundo a carne e a observância da lei segundo o espírito, a história e o espírito, a salvação e a

condenação, constituem antinomias que só fazem sentido se considerarmos o dinamismo sempre presente em sua doutrina. A alegoria desenvolvida segundo uma exegese apropriada forma um mosaico de conceitos aparentemente contraditórios, mas que se completam. Só é possível perceber a coerência de sua doutrina se considerarmos a dinamicidade de seu sistema escatológico que religa o indivíduo à totalidade, o tempo à eternidade, a multiplicidade à unidade.

Não foi por acaso que entre o final dos quatrocentos e início do novo século as obras de Orígenes foram retomadas e contribuíram para um grande êxito editorial. O retorno da alma para Deus, o restabelecimento do inferno e da pena sem fim, de inspiração misericordiosa, propunham um contexto teológico relativamente tolerante, como aquele ao final dos quatrocentos. Apesar das resistências tanto da ortodoxia quanto da Reforma luterana, devemos reconhecer que a liberdade de escolha do homem como fundamento de sua mobilidade na hierarquia do universo e sua audaciosa metafísica seduziram os humanistas dos 1400 e 1500.

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2000.

CADIOU, R. *La jeunesse d'Origène: histoire de l'École d'Alexandrie au début au début IIIe siècle*. Paris: G. Beauchesne et ses Fils, 1935.

CÉSARÉE, E. *Histoire Ecclésiastique*. Texto grego. Tradução e notas por Gustave Bardy. Paris: Du Cerf, 1955.

CLÉMENT D'ALEXANDRIE. *Les Stromates*. Introdução, texto crítico e notas por Alain le Boulluec. Paris: Du Cerf, 1997.

CROUZEL, H. *Théologie de l'image de Dieu chez Origène*. Paris: Aubier, 1956.

_____. *Origène et la philosophie*. Paris: Aubier, 1962.

DANIELOU, J. L. *Génie du Christianisme*. Paris: De la Table Ronde, 1948.

FÉDOU, M. *Christianisme et religions païennes dans le 'Contre Celse' d'Origène*. Paris: Beauchesne, 1989.

FIROLAMO, G. *Problematiche politiche nel dibattito tra Celso e Origene*. In L. Perrone (a.c. di), *discorso di verità. Paganesimo, giudaismo e cristianesimo a confronto nel 'Contro Celso' di Origene*. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum, 1988.

GODIN, A. *Érasme lecteur d'Origène*. Genève: Librairie Droz, 1982. Di Origene.

La Bibbia di Gerusalemme. Varese: La tipografica Varese, 2011. LECLERCQ.

LEKKAS, G. *Liberté et progrès chez Origène*. Bélgica: Brepols, 2001.

LUBAC, H. *Exégèse Médiévale – Les quatre sens de l'Écriture*. Paris: Aubier, 1964.

_____. *Histoire et Esprit – L'intelligence de l'Écriture d'après Origène*. Paris: Du Cerf, 2002.

JAKAB ATTILA. *Ecclesia alexandrina: évolution sociale et institutionnelle du christianisme alexandrin (II et IIIe siècles)*. Bern: P. Lang, 2001.

ORIGÈNE. *Commentaire sur l'Épître aux Romains*. Introdução de Michel Fédou. Tradução e notas de Luc Brésard. Paris: Du Cerf, 2009.

_____. *Commento alla lettera ai romani*. Introdução, tradução e notas aos cuidados de Francesca Cocchini. Casale Monferrato (AL): Marietti, 1985.

_____. *Commentaire sur l'Épître aux Romains*. Introdução de Michel Fédou. Tradução e notas de Luc Brésard. Paris: Du Cerf, 2009.

_____. *Contre Celse*. Tradução e introdução de Marcel Borret, s.j. Paris: Du Cerf, 1968.

_____. *Traité des Principes*. Tradução de Henri Crouzel e Manlio Simonetti. Paris: Du Cerf, 1980.

PACE, N. *Ricerche sulla traduzione di Rufino 'De Principiis' di Origene*. Milano: la nuova Italia, 1990.

SIMONETTI, M. *Origene esegeta e la sua tradizione*. Brescia: Morcelliana, 2004.

_____. *Lettera e/o Allegoria. Un contributo alla storia dell'exegesi patristica*. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum. 1985.

TERRACCIANO, P. *Omnia in figura: l'impronta di Origene tra '400 e '500*. Roma: Storia e letteratura, 2012.

Recebido: 29/03/2017

Aprovado: 13/06/2017